



## Informe Cenário Político 25 de abril 2020

Uma nova crise política se instalou no Governo Federal com a saída de Sérgio Moro do cargo de Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública nesta sexta (24).

Ao deixar o governo, Sérgio Moro enquadrou seu pedido de demissão na falta de condições em continuar a cumprir seu compromisso de combate a corrupção e ao crime organizado em virtude de alegadas intenções de interferência do presidente Jair Bolsonaro que poderiam comprometer o resultado do trabalho do Ministério e da Política Federal (PF). Como exemplo, citou a tentativa de indicação política de superintendentes e do diretor-geral da PF – *cujá discordância foi o estopim de seu pedido de demissão.*

O ex-ministro foi além, ao indicar que o presidente estaria tentando interferir politicamente na PF ao pedir informações sobre o andamento de investigações e citou ainda que Bolsonaro estaria preocupado com a investigação quanto ao ataque de “fake news” ao Supremo Tribunal Federal (STF) – *investigação que, segundo a imprensa, teriam como um dos alvos de investigação os filhos do presidente.* Em sua fala, procurou demonstrar contrariedade ética com relação às ações de Bolsonaro.

Tais declarações foram recebidas como um ataque direto por parte do presidente, que deu sua versão dos fatos em coletiva no Palácio do Planalto ao lado de todo o seu corpo ministerial. Bolsonaro minimizou as tentativas de interferências, afirmando que apenas questionou e cobrou atuação mais firme em questões de acusações falsas envolvendo ele e sua família – *como no caso das acusações apresentadas pelo porteiro de seu condomínio dentro das investigações do caso Marielle Franco.* Ele também buscou desfazer a imagem autoritária presente nos relatos de Moro sobre sua atuação como presidente e frisou que é de competência exclusiva do Presidente da República a nomeação do diretor da PF – *afirmando ainda que Moro teria condicionado a substituição de Mauricio Valeixo do cargo a sua indicação como ministro do STF.*

Posteriormente, Moro negou qualquer utilização do cargo de diretor da PF em troca de sua indicação ao STF, apresentando cópia de conversa com a deputada Carla Zambelli (PSL-SP), de quem fora padrinho de casamento, em que teria se negado a fazer tal negociação, afirmando que não estava “à venda”. O ex-ministro também apresentou cópia de mensagens em que o presidente Jair Bolsonaro vinculou uma notícia sobre as investigações das “fake news” contra o STF, que anunciava que a PF estaria “na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas” como mais um motivo para a substituição de Valeixo. As notícias apontam que Moro teria ainda áudios de conversas com o presidente para apresentar como prova.

A troca de acusações teve resposta imediata no Supremo. O ministro Alexandre de Moraes determinou que o comando da Polícia Federal mantenha no posto os delegados que trabalham nas investigações do caso das “fake news” contra ministros da Corte e da organização e

financiamento de atos com pautas antidemocráticas – *casos relatados pelo ministro*.

Já o procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu autorização ao Supremo para abrir inquérito sobre as declarações de Sergio Moro, que poderiam estar relacionadas a crimes do presidente ou denúncia caluniosa por parte do ex-ministro. Aras solicitou ainda a oitiva de Moro, cabendo ao relator, ministro Celso de Mello, dar o aval para abertura da investigação.

## CONGRESSO NACIONAL

As denúncias do ex-ministro servirão agora de base de inúmeros pedidos de impeachment presidencial a serem protocolizados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pelos partidos de oposição.

Como esperado, os parlamentares mais próximos à Bolsonaro manifestaram apoio ao presidente e desapontamento com Moro, enquanto os parlamentares “lavajatistas” repercutiram a versão e visão do ex-ministro sobre a situação. Alvo de intensa negociação com o presidente Jair Bolsonaro na última semana, os partidos do centrão (PP, PL, Republicanos, PTB e Solidariedade), adotaram uma postura de que o trabalho do Congresso deve se focar nas medidas emergenciais ligadas ao coronavírus – *linha de ação que pesa em favor do presidente*.

Por sua vez, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), segue observando o desenrolar dos fatos para se pronunciar. Após o anúncio de Sérgio Moro, Maia esteve reunido com diversos parlamentares em sua residência oficial e por telefone, incluído o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e os deputados Luiz Miranda (DEM-DF), Lucas Vergílio (SD-GO) e Marcelo Ramos (PL-AM). Por ora, a ideia de Maia é ficar de fora das discussões públicas sobre o tema, até que algo mais concreto se apresente para referenciar alguma das versões contadas.

Sobre a possibilidade de início de um processo de impeachment presidencial, Maia teria manifestado que somente iniciaria um processo que tivesse reais condições de ser aprovado, tanto com apoio do Parlamento, quanto das ruas.

Nesse contexto, observa-se como **principais barreiras à abertura de um processo de impeachment** neste momento: **i)** o atual foco do Congresso nas medidas emergenciais ligadas ao coronavírus; **ii)** a longa duração deste tipo de processo; **iii)** o grande apoio popular de Bolsonaro; e **iv)** a proximidade da realização das eleições municipais.

O cenário atual de redução das atividades do parlamento com foco nas medidas emergenciais de combate à pandemia do coronavírus se coloca como um importante entrave a qualquer processo desse tipo, pois jogaria uma imagem negativa nos parlamentares ao darem prioridade para a discussão de questões políticas ao invés de tratarem sobre medidas destinadas a salvar vidas e conter prejuízos econômicos resultantes das medidas restritivas aplicada por estados e municípios.

Note-se ainda que, o processo que culminou na cassação do mandato presidencial de Dilma Rousseff se arrastou de dezembro de 2015 a agosto de 2016, período em que a pauta do Congresso ficou dominada pelas discussões envolvendo esse processo, com pouco espaço para a discussão de temas não consensuais. No momento, a Câmara dos Deputados nem mesmo tem instalada a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), responsável pela análise inicial do processo, o que, juntamente com o procedimento preferencialmente remoto de reuniões, pode prolongar ainda mais com o decurso de um eventual processo de impeachment neste momento.

Outra importante barreira a qualquer discussão da cassação do mandato de Bolsonaro neste momento é o apoio de cerca de um terço do eleitorado ao presidente, conforme apontado pelas últimas pesquisas de opinião – *situação bastante diferente do que se mostravam os ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff quando do início dos processos de impeachment*. Base de apoio essa que já mostrou sua força em grandes atos em defesa do presidente pelas ruas do país.

Ligado a isso, observa-se o alto risco para os parlamentares e seus aliados locais em tomar qualquer posicionamento sobre uma questão tão capital quanto a interrupção de um mandato presidencial às vésperas das eleições, tendo como possibilidade de punição imediata pelas urnas seja em um voto pró ou contra Bolsonaro a depender da opinião prevalente em sua base eleitoral.

O que fica claro neste momento é que a saída de Sérgio Moro, utilizada como um ato político por parte do ex-ministro, inaugura uma nova fase do Governo Bolsonaro. Moro personificava o compromisso da atual administração com o combate à corrupção e emprestava parte de seu capital político como avalista da idoneidade do Governo – *questões intimamente ligadas às preocupações da base popular de apoio ao presidente Jair Bolsonaro*. Especialmente em virtude das alegações levantadas pelo ex-ministro em sua saída, essa passará a ser agora uma área sensível da administração federal. A aproximação de Bolsonaro com o centrão também pode ter um viés negativo para seu eleitorado mais ligado ao combate à corrupção.

A chave para entender os próximos passos e extensão da atual crise política está na observação de como as declarações de Moro irão minar a base de apoio popular de Bolsonaro – *lembrando que uma queda brusca de popularidade em um eventual contexto de apresentação de provas contundentes de atos ilícitos, somado à uma situação de ingovernabilidade, são a receita para um processo de impeachment bem-sucedido*.

## O FUTURO DO MINISTÉRIO

A saída de Sérgio Moro abre espaço para que o Palácio do Planalto retome sua intenção de desmembrar a pasta em duas: Justiça e Segurança Pública. Tal ação daria a Bolsonaro maior margem para troca de apoio com o centrão em sua nova linha de negociação com o Congresso, deixando de lado a resistência às velhas fórmulas políticas.

Entre os cotados até o momento para assumir o Ministério: os ministros Jorge Oliveira (Secretaria-Geral), André Mendonça (AGU) e Wagner Rosário (CGU); e o ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.

Já o preferido do presidente para comandar a PF seria Alexandre Ramagem, diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Contudo, as alegações de Moro colocaram suas ações sob suspeita antes mesmo de tomar posse no cargo.

Com a saída também dos principais secretários de Moro, a expectativa é que os projetos tocados pela pasta fiquem parados pelas próximas semanas, até que o novo escolhido possa tomar pé das ações sob sua responsabilidade e promover os ajustes de direcionamento que julgar necessários. Destaca-se ainda que, a depender da escolha de Bolsonaro por um viés mais político para a indicação do ministério vago, ou de dois, em caso de eventual desmembramento, há possibilidade de que o funcionamento ordinário da pasta demore mais tempo a medida em que todos os interesses políticos ligados sejam equalizados.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

A agenda econômica do ministro Paulo Guedes (Economia) vinha perdendo força em meio à crise do coronavírus e tomou novo golpe com a volatilidade dos mercados em resposta ao ambiente político incerto. Parte da pressão do mercado financeiro, que resultou em queda de 5,45% do Ibovespa, também veio da possibilidade de saída do governo do próprio Guedes.

A explosão do déficit orçamentário em função das ações para enfrentamento da Covid-19 e suas consequências econômicas colocaram em xeque o receituário liberal de Guedes ao exigir um grande aporte financeiro do Estado como indutor da economia – *linha criticada pelo ministro*.

Tal situação tornou-se ainda mais evidente com o anúncio do principal plano de fomento econômico de combate a crise pelo Governo Federal – o “**Pró-Brasil**” – que será tocado pelo ministro Braga Netto (Casa Civil) e não por Guedes.

Na semana anterior, a derrota do ministro na votação do plano de ajuda aos estados pelos deputados e o “fim” de sua interlocução com Rodrigo Maia, também acenderam o sinal amarelo quanto ao viabilidade de sua continuidade no cargo.

Contudo, por ora, o Palácio do Planalto segue bancando sua permanência no Ministério.